

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FLAVIANA ALMEIDA DO NASCIMENTO**

**A AULA PÚBLICA:** Uma escrita etnográfica da participação política no processo eleitoral de 2018 de moradores da Cidade Olímpica em São Luís (MA).

São Luís

2019

FLAVIANA ALMEIDA DO NASCIMENTO

**A AULA PÚBLICA:** Uma escrita etnográfica da participação política no processo eleitoral de 2018 de moradores da Cidade Olímpica em São Luís (MA).

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido ao curso de Ciências Sociais  
Bacharelado e Licenciatura da  
Universidade Estadual do Maranhão  
para a obtenção do título de Bacharel e  
Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Karina Biondi.

São Luís

2019

Nascimento, Flaviana Almeida.

A aula pública: uma escrita etnográfica da participação política no processo eleitoral de 2018 de moradores da Cidade Olímpica em São Luís (MA). – São Luís, 2019.

51f.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Biondi.

1. Antropologia da política. 2. Estado 3. Educação 3. Violência

## **FLAVIANA ALMEIDA DO NASCIMENTO**

**A AULA PÚBLICA:** Uma escrita etnográfica da participação política no processo eleitoral de 2018 de moradores da Cidade Olímpica em São Luís (MA).

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais Bacharelado e Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do título de Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Karina Biondi.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Karina Biondi (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Valdira Barros

Universidade Estadual do Maranhão

Pela vida de todas as mulheres e todos os homes que têm feito  
movimentos atrás de seus desejos.

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigada a todas e todos que comigo fizeram andanças para que eu chegasse até aqui.

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Karina Biondi, por toda força, orientação e ânimo dedicados durante esse período de contato para a escrita desta monografia. Gratidão é uma palavra que mais se aproxima do que ainda não tem um dizer simbolizado.

À Universidade Estadual do Maranhão, na pessoa de Adriana Leitão Nunes e da companheira Élyda, sempre dispostas a resolver as demandas que chegam sempre tão urgentes e nem sempre tão empáticas. Quero que saibam que são mulheres maravilhosas! À FAPEMA, pela concessão de bolsa de iniciação científica quando mais precisei. E ao Programa Residência Pedagógica, pela possibilidade de convívio com a realidade escolar.

À todas as pessoas que são parte do Laboratório de Pesquisa em Antropologia Política da UEMA, pela liberdade criativa de fazer desse espaço de discussão e problematização do mundo um lugar de acolhida. Nossos encontros são sempre de muitos aprendizados.

À FETAEMA, meu local de trabalho, pelas oportunidades de formação nos cursos estadual, nacional e regional em Educação Popular e pelo apoio para o término deste curso. Meu agradecimento vai em especial à Angela Maria, pela amizade e parceria. À Escola Nacional de Formação da CONTAG, por me ensinar metodologias para realização de trabalho de base e pelas amizades que conquistei durante esta experiência iniciada quase que concomitante com esta escrita.

Devo agradecer também a COOSPAT, ASSEMA, COPPALJ, AMTR e MIQCB pelo privilégio de ter vivências no âmbito profissional nessas entidades do terceiro setor. Lugares de muito trabalho e militância, diga-se de passagem.

À Ruthiane Pereira, Antonio Valois, Silvianete Matos, Suely Cardoso, Domingos Cantanhede, Carol Magalhães, Miguel Henrique e Helciane Araújo, cientistas sociais, que cruzaram o meu caminho fazendo furos sobre os saberes que é carregado esse campo científico.

Às amigas e amigos de curso: Ariane, Filipe, Iarima, Isabelle, Josy, Juliana, Karina Prazeres, Karine Mala, Lina a minha filha, Quetsia, Rodrigo a Poc, Rodrigo Varão, Romuloka, Suellamy e muitos outros da UEMA e da UFMA que conheci no decorrer desse fluxo e me deram valiosa acolhida.

Agradeço à minha amiga de vida Aurinea Pinheiro, sempre presente no meu dia-a-dia, através do compartilhar de nossas intempéries na certeza de um conforto mútuo. À Analu Oliveira, muito obrigada pela paciência e sororidade.

Minha mãe e meus irmãos: Maria dos Remédios, Roberth Jorge, Flávio de Assis e Alexandra Emília. Pessoas com quem aprendo todos os dias o verdadeiro sentido de amar.

À minha sobrinha Liseux Roberta e os meus sobrinhos Saimon Vitor, José Renato, Natan, Ricardo, Ramon, Leví, Gabriel e Francisco. São vocês meu objeto de amor incondicional localizado. Eu espero contribuir para a realização de seus sonhos.

À memória de minha bisavó Rosa Valentina, à memória de minha mãe (avó) Pascolina Almeida, pelo amar e pelas contações de muitas histórias vividas na tentativa de me ensinar a ser uma pessoa dotada de dignidade humana.

[...]

*Desde o começo, eu não disse, seu moço*

*Ele disse que chegava lá*

*Olha aí, olha aí*

*Olha aí, ai o meu guri, olha aí*

*Olha aí, é o meu guri*

*Chico Buarque*

## **RESUMO**

O presente trabalho trata de estudo etnográfico sobre a realização de uma aula pública ocorrida no bairro Cidade Olímpica, para discussão das propostas de segurança pública encontradas nos planos de governo dos candidatos concorrentes no segundo turno das eleições para o cargo de Presidência da República. A discussão preliminar se faz sobre o processo de formação acadêmica universitária de cientistas sociais, no seu despertar para a capacidade de realizar problematizações acerca da dinamicidade da sociedade a partir das oportunidades encontradas dentro da instituição universitária, discorrendo sobre as experiências metodológicas de ensino assimilados durante a participação das aulas ministradas na disciplina Sociologia da Violência. Bem como a compreensão de representação política e a sua ausência a contento do cotidiano dos moradores do local pesquisado e os aprendizados adquiridos sobre democracia e Estado. A análise dos dados foi realizada sob o suporte da antropologia da política sobre o estudo do processo eleitoral e o voto na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Antropologia da política; Estado; Educação; Violência.

## **ABSTRACT**

This paper deals with an ethnographic study on the holding of a public class held in the Cidade Olímpica neighborhood, to discuss the public safety proposals found in the government plans of the competing candidates in the second round of the presidential elections. The preliminary discussion is about the process of university academic formation of social scientists, in its awakening to the ability to perform problematization about the dynamics of society from the opportunities found within the university institution, discussing the methodological teaching experiences assimilated during participation of classes taught in the discipline Sociology of Violence. As well as the understanding of political representation and its absence to the satisfaction of the daily lives of the residents of the researched place and the lessons learned about democracy and the state. Data analysis was carried out under the support of political anthropology on the study of the electoral process and voting in Brazilian society.

**Keywords:** Anthropology of politics; State; Education; Violence.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA .....</b>	<b>17</b>
1.1 Formação de cientistas e de cientistas sociais.....	19
1.2 Sociologia da Violência – a disciplina.....	25
1.3 Aula Pública - Planejamento.....	30
<b>2. POLÍTICA E SEGURANÇA .....</b>	<b>33</b>
2.2 Debate público sobre segurança (nas eleições e na academia).....	36
2.1 A Cidade Olímpica .....	38
2.3 Aula Pública - Aprendizados .....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA LIÇÃO SOBRE DEMOCRACIA PARA QUEM QUERIA ENSINAR A VOTAR .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste na análise etnográfica de uma aula pública realizada por um conjunto de professores e estudantes da UEMA na Cidade Olímpica, durante o período de campanha do segundo turno da eleição ao pleito de presidente da república de 2018. A Cidade Olímpica fica localizada na periferia de São Luís, nasceu de uma ocupação popular ocorrida no ano de 1996 e se tornou um dos bairros mais populosos da cidade.

A Zona Eleitoral<sup>1</sup> qual a Cidade Olímpica pertence, reúne mais outros 14 bairros que juntos registram o total de 109.264 eleitores (TRE-MA, 2018). Destes, o percentual de 85,27% deram seu voto na eleições de 2018 em primeiro turno, sendo 35.968 (41,67%) votos para Fernando Haddad do candidato do Partido dos Trabalhadores – PT e 31.443 (36,42%) votos para Jair Messias Bolsonaro, ora filiado ao Partido Social Liberal – PSL.

Sobre o cenário político partidário no âmbito nacional, os partidos de centro direita tiveram as piores derrotas, com considerável perda de assentos na câmara de deputados, a citar o PMDB, PSDB. Já o PT é o partido com maior número de assentos, sendo seguido pelo partido pelo qual se elegeu o atual presidente, o PSL<sup>2</sup>.

Esse novo cenário político brasileiro pegou muitos de surpresa. Algumas explicações começaram a aparecer timidamente. Esta monografia procura se somar a esses esforços, mas a partir de um conjunto mais específico de preocupações e olhando para um universo também mais específico. A premissa deste estudo é compreender o papel da universidade na formação acadêmica de cientistas sociais enquanto profissionais “preparados” para realização de análises crítica da vida social, assim como a investigação sobre o processo político democrático durante a escolha de representantes políticos para execução de políticas públicas, como educação e segurança pública de interesse específico desta monografia, face ao segmento no qual se inclui as pessoas que participaram da aula pública.

---

<sup>1</sup> A Zona Eleitoral 89º comporta os seguintes bairros: Cidade Olímpica, Cidade Operária, Ipem São Cristovam, Jardim América, Santa Barbara, Santa Clara, Santa Efigênia, São Cristóvão, São Raimundo, Tajaçoba, Tajipuru, Tibiri, Vila Janaína, Vila Cascavel e Vila Magril.

<sup>2</sup> O PMDB conseguiu eleger 24 deputados federais, o PSDB teve 34 assentos, o PT com a bancada de 56 deputados e o PSL 52 deputados eleitos. Em 2014 o PSL tinha apenas um assento, o PT conseguiu a eleição de 69 deputados e o PSDB tinha 65 cadeiras, mas em 2018 perdeu mais da metade.

Como veremos no decorrer desta monografia, o Estado, através de seus agentes, faz uso de critérios diferenciais para o atendimento de cada tipo de clientela com a qual lida. De fato, alguns estudos apontam para a existência de hierarquias espaciais (BOURDIEU, 1989; FOUCAULT, 2004), que concedem valores às pessoas, ocasionando formas específicas de integração ou segregação, formas de socialização e sociabilidade, tipos de interações possíveis e impossíveis, entre outras coisas. Outros autores, como Agamben (2004), destacam o caráter autoritário da sociedade, estratificada pela via da violência, com territórios em estado de exceção legítimos.

Meu argumento, contudo, é que isso tem implicações na (não)identificação das pessoas com os candidatos ou com o próprio processo de democracia representativa. Para tanto, procurarei expor quais os interesses dos participantes no processo político representativo, suas concepções de Estado, de segurança pública e de violência, bem como de participação no campo político representativo, objetivando um exercício etnográfico da democracia no cotidiano dos moradores do local pesquisado.

Escrever não é fácil, seja pela idealização das críticas que fará aquele que ler ou até mesmo pela exposição de si no papel. “A escrita não é mais uma dimensão marginal, ou oculta mas vem surgindo como central para aquilo que os antropólogos fazem, tanto no campo quanto no que a ele se segue” (CLIFFORD, 2016, p. 32). A preocupação com a escrita está na decorrência de levar para a universidade, via produção acadêmica, uma bricolagem que se pareça com o retrato da vida cotidiana, onde a instituição possa realizar um conhecimento científico com a entrada de narrativas que trabalhem contra a subalternidade (SPIVAK, 2014).

No caminho dessa preocupação, volto-me a um universo específico: a elaboração de uma escrita que se refira a falas sobre o voto, durante o tempo da política<sup>3</sup> (PALMEIRA, 1992, P. 27). Há pouco mais de 20 anos inaugurou-se, no Brasil, especificamente no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), no Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), uma série de esforços no sentido de levar as falas sobre voto e sobre política para a produção acadêmica, de modo que as concepções expressas nessas falas pudessem levantar

---

<sup>3</sup> Para Moacir Palmeira, em *Voto: racionalidade ou significado?* ao se referir sobre o tempo da política que “representa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificados, e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto, as municipalidades divididas de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades. Como a facção, fora do tempo da política, resume-se aos chefes políticos e a uns poucos seguidores, a disputa eleitoral é exatamente uma disputa para incorporar o maior número possível de pessoas, o maior número de apoios a cada facção” (1992, p.27).

questões que geralmente são naturalizadas pelas teorias mais consolidadas. Nesse sentido, procurou-se compreender o voto e a política no interior de uma funcionalidade de uma rede de significados que faz sentido no interior dos grupos sociais (BEZERRA; COMERFORD, 2013).

Os esforços do NuAP, que inspiram o grupo de pesquisa ao qual me filio na UEMA (LEAP – Laboratório de Estudos em Antropologia da Política) e, particularmente, este trabalho, se dão no sentido de elaborar teorias etnográficas da política e questionar as grandes teorias explicativas que, de certo modo, dominam o campo de estudos. Exemplo dessas grandes teorias é que existe, nas ciências sociais, uma grande produção sobre o chamado processo democrático liberal dos modernos estados-nação, na qual são centrais as noções de “Estado” e “interesse político”. Essas noções permeiam a formação acadêmica nos cursos de formação de cientistas sociais, embora raramente como objetos de análise. As bibliografias mais tradicionais tratam da ordem simbólica estatal dotada de sentidos, com sua autoridade legitimada e credibilidade nas crenças fundamentais referentes ao estatuto político de um poder soberano. Por esse poder via instrumentos simbólicos, ritualísticos e protocolares, o Estado moderno expressa sua presença feita de obediência e consentimento, às vezes de resistência, frequentemente de identificação forçosa de uma coletividade. As sociedades políticas consideradas por alguns estudiosos do assunto como mais evoluídas são aquelas contratualistas, onde o poder central de representação é o Estado, que exerce sua autoridade de forma direta.

Diferentemente, nesta monografia buscarei explorar essas mesmas noções, mas inseridas em questões centrais da vida das pessoas. O Estado não será explicado a partir de um aporte teórico em uso na academia, que considera o voto como ato fundamental do processo político representativo democrático nas sociedades contemporâneas, onde “a democracia supõe a extensão máxima do direito ao sufrágio e funda-se na expectativa da participação ampla e consciente dos eleitores no processo de escolha de seus dirigentes” (CASTRO, 1992, p.7), mas pelo que emerge das falas das pessoas sobre como elas são afetadas pelo Estado e como esse ente onipresente aparece através de políticas de educação e segurança pública a partir das narrativas sobre suas vidas.

As análises sobre essa caminhada para o campo se faz, assim, com a orientação do material produzido pelo NuAP sobre a antropologia da política. Se a princípio pensávamos que nós, acadêmicos de ciências sociais, poderíamos ensinar a votar, depois

da experiência da aula pública essa percepção se transformou em questões concedentes ao processo reflexivo da escuta de vozes que não participam da universidade, excluídas porque não conseguem encontrar meios institucionais mediadores das diferentes formas simbólicas possam falar da forma como se expressam (GOLDMAN, 2003, p. 458). Este trabalho da escrita, portanto, expressa o reconhecimento do discurso sobre o voto dos nativos, das elaborações acerca de seus mundos e não de tomar o lugar de sua fala para dizer por eles.

Farei uma revisão bibliográfica para apropriação dos conceitos teóricos e métodos já aplicados por outros etnógrafos em campo, que trataram a respeito da articulação sobre a elaboração do público e a tradição da política na vida dos colaboradores. Sigo a indicação de Marcio Goldman (2000), no que tange a diferenciação entre ciência política tradicional, que considera “a política” como um processo definível de fora e antropologia da política, quando esta leva em conta o estudo do processo eleitoral e o voto na sociedade brasileira. Segundo o autor, “Trata-se, de modo geral, de investigar fenômenos relacionados àquilo que ‘do ponto de vista nativo’, é considerado como ‘política’” (GOLDMAN, 2000, p.311).

A respeito do trabalho etnográfico sobre a realidade da periferia, para conhecer quem são os “novos atores políticos” (saber sobre suas moradias, relações familiares, suas crenças e gostos), começa a ser realizado pela antropologia em 1970, durante as transformações da dinâmica da sociedade brasileira, alterada pelas medidas de exceção contra as formas organizativas da sociedade civil<sup>4</sup>.

A etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2009, p. 135).

Este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo fala sobre educação e violência, da importância da educação para a sociedade enquanto vetor para aquisições culturais de sociabilidade, assim como a formação acadêmica de cientistas sociais e o exercício dessa formação na culminância da realização da aula pública como

---

<sup>4</sup> Medidas de repressão entre 1964-1968 contra os partidos, sindicatos, estudantes.

tarifa da disciplina Sociologia da Violência com sua continuidade direcionada para a discussão sobre segurança pública na Cidade Olímpica, o interesse dos participantes nas propostas dos candidatos em disputa e o aprendizado recebido com a troca realizada. No segundo capítulo, será realizada a discussão sobre política e segurança, no que consiste a discussão sobre as propostas políticas dos candidatos em disputa no segundo turno da eleição presidencial com enfoque sobre o voto como prática da democracia. As considerações finais trazem a reflexão sobre a pretensão inicial de ensinar a votar na democracia considerando que há um outro de fora institucionalizado que sabe o que é melhor para a vida das pessoas e está disposto a levar.

## 1. EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA

Através dos séculos a educação humana, a conservação e a difusão do saber se fizeram por meio da oralidade, via transmissão de vocábulos. Esse tipo de processo de transmissão diz respeito tanto a um passado mais longínquo, vivido por outros, quanto dizer acerca de um mito ou daquilo que é recorrente às práticas do dia-a-dia. Os iniciados transmitem noções adquiridas por outros meios, antigas tradições do grupo ou da coletividade, de forma oral, com o desafio de traduzir a transposição de entendimento da experiência indizível<sup>5</sup>. Em prol de uma nitidez de transmissão, é estabelecido rótulo classificatório colocado sobre uma ação ou uma emoção. (QUEIROZ, 1991).

A palavra educação é derivada do latim *educare*. Seu significado, do ponto de vista social, faz referência à criação, à alimentação e à prática de transmissão de conhecimentos às novas gerações, voltada para aquisições culturais de sociabilidade.

A compreensão das especificidades do campo da educação no Brasil, a partir de critérios científicos, tem ocupado, educadores e cientistas sociais há pelo menos meio século. Ao longo desse tempo, muitas questões foram levantadas, mas eu gostaria de destacar duas delas: (1) a relação da Educação com as Ciências Sociais e (2) a possibilidade de constituição de uma ciência da educação unitária, com métodos e objetos específicos que sejam definidos a partir da compreensão das singularidades dos sujeitos no processo de assimilação da experiência educativa. O que o debate em torno dessas questões nos revela é que a arte de educar é uma tarefa a ser executada conjuntamente não só entre profissionais, mas também entre toda a sociedade e também o Estado.

A seguir, direi de forma bastante sucinta como se educa uma cientista social. Ou, em outras palavras, como ocorre a formação de cientistas sociais dentro da academia e fora dela, com o campo prático de ação no meio escolar ou em qualquer

---

<sup>5</sup> Por experiência indizível esclareço se tratar daquilo que é da ordem do sentir e ainda não encontrou um signo linguístico representativo para transmissão descritiva dessa experiência.

lugar o qual se objetiva fazer o outro aprender, tendo em vista as problemáticas desse universo empírico.

## 1.1 Formação de cientistas e de cientistas sociais

Como lugar de produção de conhecimento por excelência, a universidade oferece a ciência como produto para o consumo da sociedade. Isso ocorre a partir da produção de seus corpos docentes, em trabalho frequente de submissão de projetos, desenvolvimento de pesquisas e apresentação dos resultados de suas investigações.

Não seria novidade dizer que no universo científico a verdade é frequentemente contestada. Isso é igualmente verdade para as ciências sociais. Às vezes, assuntos que orientaram por muito tempo condutas humanas no estabelecimento de limites de mundo ou legitimidades nos processos de dominação acabam sendo invalidados, desmentidos ou sobrepostos por nova pesquisa sobre o assunto ou grupo já pesquisado (MARCUS, 1994). Isso é evidente nas muitas pesquisas que tratam, por exemplo, dos malefícios e benefícios do ovo de galinha ou até mesmo do hábito de tomar café. Fragmentado em áreas<sup>6</sup>, o saber científico estabelece teorias que, em variadas medidas, impactam o mercado e promovem mudanças nos modos de vida das pessoas. Esses efeitos só são possíveis, no entanto, em função da crença na ciência.

Assim, ainda que em constante transformação, o conhecimento científico ocupa uma posição de destaque na contemporaneidade. Tanto é, que os ataques empenhados na sua invalidação acabam, por vezes, promovendo um efeito reforçador que agencia as instituições universitárias na ocupação desse lugar legítimo de pensar cientificamente o mundo. Como reação a esses ataques, por exemplo, vemos a instituição problematizar sua prática de ensino universitária, a realização de suas pesquisas, os métodos empregados, as formas de difusão do conhecimento, vemos, finalmente, reflexões sobre para quem o conhecimento produzido se destina.

Para se integrar nesse espaço como sujeito que participa e faz parte dele é exigida a assimilação de signos transformativos, comparativo ao ritual de passagem, onde a demonstração dessa incorporação simbólica do investimento apresentado como resultado do capital acumulado é a concessão do poder por aqueles que estão na condição de experientes do meio e que permitem a fala dos novatos a partir do reconhecimento da pesquisa científica que venha a contribuir com a soma dos ditos de

---

<sup>6</sup> Economia, Nutrição, Medicina, Farmacologia, para citar algumas.

verdade da ciência. Sobre isso, Pierre Bourdieu (1982), em *Lições de Aula*, diz sobre a passagem para a sociologia:

Não se entra na sociologia sem romper com as aderências e adesões através das quais pertencemos a grupos, sem abjurar as crenças constitutivas dessa pertença e renegar todo e qualquer laço de afiliação ou de filiação. Assim, o sociólogo oriundo do que chamamos de povo, e alçado ao que chamamos de elite, só pode atingir a lucidez especial que está associada a todo tipo de despauamento social sob a condição de denunciar a representação populista do povo, que só engana a seus autores, assim como a representação elitista das elites, feita exatamente para enganar tanto os que fazem quanto os que não fazem parte dela (p. 05).

Ainda para o autor, no decorrer do campo da Sociologia, esta ciência que descreve, explica e define o que são problemas sociais, se aprende a tratar dos limites entre as classe, religiões, nações, a dizer com autoridade se existe ou não classes sociais, se o que está sob investigação é realidade ou uma ficção. Todas as afirmações conceituais, enfatiza o autor, só serão legítimas a partir do aval do que ele chama de mestres (*Idem*).

Como dito acima sobre o fazer da universidade, requer-se desta mais do que olhares dirigidos para a sociedade, mas principalmente ouvidos que sejam capazes de alcançar as problemáticas que chegam como demandas. A universidade é, portanto, por excelência, um espaço social e como tal deve expressar o funcionamento da sociedade com suas nuances e especificidades.

A vivência universitária, mais precisamente no seu limite geográfico, apresenta-se para a realidade da instituição como um campo “estratificado” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 92), um lugar limitado do saber, um espaço de uso das elites na perspectiva da inclusão. Carlos Tünnerman Bernheim e Marilena Souza Chauí (2018) fazem uma crítica a esse elitismo: “nem a universidade enclausurada, de costas para a sociedade, nem a universidade militante, invadida pelos ruídos e o clamor das ruas, mas, sim, uma universidade participante” (p.18).

A saída do perfil institucionalizado da Academia sempre tem vida curta. As linhas de fuga acabam sendo interrompidas. Exemplo disso foi a área de vivência criada pelos estudantes de Ciências Sociais no ambiente livre do Campus nas imediações do

DCE<sup>7</sup>, que foi destruída pela Prefeitura devido a sua apresentação estética considerada imprópria para o espaço. Conforme a explicação dada pelos responsáveis da completa e total retirada dos objetos colocados no espaço, *o lugar estava parecendo uma favelinha! E frequentado por pessoas de farda! [referindo-se aos alunos do Colégio Paulo IV].* Acontecimentos como esses levam a questionar se a universidade é um lugar de pesquisa e do livre pensar ou apenas de elites.

A vida acadêmica que se deseja seguiria a indicação de manifestar a “sua capacidade de se expressar sobre os problemas éticos, culturais e sociais de forma completamente independente e com plena consciência das suas responsabilidades” (BERNHEIM; CHAUI, 2018, p.17).

No Maranhão, a presença das Ciências Sociais<sup>8</sup> tem seus esforços desde a década de 1970, ainda que o vestibular para início da primeira da turma de graduação de bacharéis tenha ocorrido somente em 1986, ofertado pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. O contexto político e ideológico vividos nacionalmente foram, durante algum tempo, fatores de impedimento para a criação de cursos de Ciências Sociais no Brasil, algo que marca a própria memória dessa história, assim como as suas transformações (CARVALHO FILHO; COSTA, 2018).

O curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi criado em 20 de outubro de 2005 pela Resolução nº 560/2005 CONSUN/UEMA. Nos seus anos iniciais, realizou formação conjunta de bacharéis e licenciados, com um viés de atuação, segundo o Projeto Político Pedagógico – PPP do referido curso, tendenciado para o campo da Ciência Política e Sociologia (UEMA, 2015).

Em consonância com as diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC, foi realizada, em 2012, a separação da licenciatura e bacharelado, que resultou no funcionamento de dois cursos: Bacharel em Ciências Sociais e Licenciatura em Ciências Sociais.

Com atenção à grade curricular qual faço parte como ingressante pelo ano de matrícula no curso de Ciências Sociais, chamado no âmbito administrativo institucional de “currículo antigo<sup>9</sup>”, a conclusão da formação se estabelece no prazo regular de quatro

---

<sup>7</sup> Diretório Central dos Estudantes da UEMA.

<sup>8</sup> As Ciências Sociais reúnem os saberes de três ciências: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

<sup>9</sup> As necessidades de adequações curriculares, tanto nacional quanto específica para a realidade do corpo discente e docente, vão exigindo mudanças. Os currículos anteriores, mesmo que tenham uma diferença

anos e meio, divididos em nove semestres, com carga-horária total de 4.095 horas de componentes curriculares obrigatórios, optativos e complementares. Deste total, apenas 120 horas são oportunizadas para a escolha de disciplina do interesse dos discentes, com a denominação de disciplinas optativas e 225 horas para atividades complementares.

No objetivo de formar pesquisadores e professores, o ensino/aprendizado das Ciências Sociais busca despertar a criticidade e problematização da vida social, através de instigantes referências teóricas ofertadas semestralmente, ainda que a reflexividade para as aptidões desses sujeitos múltiplos que escolhem o curso dentre as muitas outras opções ofertadas a cada vestibular sejam incluídas na expectativa da ordem gestora. De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Sociais,

Este Curso deve resultar na formação de profissionais capacitados ao desempenho de funções, quer na esfera privada, quer na esfera pública, e instituições não governamentais, haja vista, um mundo perpassado por conflitos que impulsionados pelos processos de transnacionalização do capitalismo que tem exigido saberes reais atualizados e conectados com a voracidade dos acontecimentos produzidos em escala global, com intenso rebatimento na esfera local (UEMA, 2015, p. 18).

A formação de cientistas sociais professores/pesquisadores se realiza na sua maior parte dentro dos muros da universidade, mais precisamente na sala de aula, onde são realizados debates de textos escolhidos pelos docentes para a problematização do social. Nos debates em torno dos textos, o social é sempre visto de maneira imaginada, sem matizes e sem odores. Estes registros costumam ser trazidos para a discussão (quando aparecem) apenas pela experiência cotidiana dos participantes ou pela participação em atividades de pesquisa ou extensão.

A instituição escolar passa a ser vista como lugar de inserção e pesquisa das Ciências Sociais pela promulgação da lei nº 11.684/2008 decretando que sejam “incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” (BRASIL, 2008, art. 36, § IV), fomentados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID.

Gonçalves e Filho (2013) chamam atenção sobre a aplicabilidade da Sociologia como disciplina no ensino médio e os desafios na transmissão de informações de forma

---

de um semestre para o outro, recebam a denominação de antigos como uma forma de localização ou até mesmo para transmissão de informações a respeito de disciplinas equivalentes e adaptadas.

agradável e interessante para a clientela escolar, discutindo de maneira inventiva sobre os problemas sociais que têm impacto direto na escola.

De fato, a oportunidade de realização de atividades de campo supervisionadas enriquece a experiência e vai ao encontro da proposta de uma universidade que oportuniza “viver” a realidade pesquisada. Atualmente, a política de fomento de estudantes de licenciatura na instituição escolar é o Programa de Residência Pedagógica. O Programa Residência Pedagógica, em pleno funcionamento na UEMA, é uma política que substitui o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e integra a Política Nacional de Formação de Professores, objetivando o incentivo e aperfeiçoamento da formação nos cursos de licenciatura com a inserção de discentes em contato com instituições de ensino básico, a partir da segunda metade do seu curso<sup>10</sup>.

O curso de Ciências Sociais da UEMA está ligado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA. Além do curso de Ciências Sociais, estão ligados ao CCSA os cursos de Administração, Direito e Formação de Oficiais da Polícia Militar. O Centro conta, ainda, com onze grupos de pesquisas: Cidade, Território e Meio Ambiente; Grupo de Estudos do Comportamento Organizacional; Grupo de Estudo de Desenvolvimento, Política e Trabalho; Grupo de Estudo em Segurança Pública; Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia; Grupo de Pesquisas Socioeconômicas e Ambientais; Grupo de Pesquisa Administração, Empreendedorismo e Sustentabilidade; Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão Lutas Sociais Igualdade e Diversidade; Núcleo de Performance, Memória e Religiosidades; Grupo de Estudos Educação, Saúde e Sociedade; Grupo de Pesquisa do Brasil Central; Laboratório de Estudos em Antropologia da Política<sup>11</sup>.

Em um primeiro momento, o espaço de estudo dirigido que mais se aproxima desta produção é o Grupo de Estudo em Segurança Pública, sob coordenação e vice coordenação de professores do departamento de Ciências Sociais, com as linhas de pesquisa em execução direcionadas para: trabalho policial, Estado e políticas de segurança pública, políticas de segurança pública, sistema penitenciário. Entretanto, o referido grupo segue as demais tendências teóricas de estudo onde o Estado é o pano de

---

<sup>10</sup> Fonte: (<<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>>).

<sup>11</sup> Informações sobre os grupos de pesquisa e linhas de pesquisa, ainda que não atualizadas, estão disponíveis na página do Centro de Ciências Sociais Aplicadas: (<[http://www.ccsa.uema.br/?page\\_id=69](http://www.ccsa.uema.br/?page_id=69)>).

fundo. Este trabalho, diferentemente, segue outra disposição teórica, o da Antropologia da Política, condizente com o grupo de estudos do qual participo, o Laboratório de Estudos sobre Antropologia da Política.

Ainda sobre atividade fora dos muros da universidade, é possível, através da realização do trabalho etnográfico, ser afetado (FAVRET-SAADA, 1990) pelo que também afeta nossos interlocutores. No caso desta pesquisa, pelos moradores da Cidade Olímpica. Isso me leva a refletir que sair dos muros da universidade e se permitir ser afetado pelo que afeta as pessoas no entorno proporciona captar aspectos da dinamicidade da vida urbana que, de outra forma, passariam desprovidos de atenção (MAGNANI, 2002).

Uma das atividades em que isso foi possível ocorreu durante a disciplina optativa Sociologia da Violência, tema da próxima seção.

## 1.2 Sociologia da Violência – a disciplina

Como mencionei anteriormente, a escolha de temas de interesse específicos dos discentes ocorre através de participação em eventos atribuídos à condição de complemento a serem somados como horas complementares. Também a matrícula nas disciplinas optativas na UEMA é dada a possibilidade de escolher duas disciplinas para cursar dentre as opções contidas no regimento do curso - com o total de 120 horas.

Assim, a matrícula na disciplina Sociologia da Violência, oferecida no segundo semestre do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, se fez pela possibilidade de escolher conteúdos de estudo de interesse próprio, voltado ao campo de pesquisa que fosse considerado apeteável, pois há tempos eu tinha vontade de compreender sobre o conteúdo que trata sobre a violência a partir de um referencial acadêmico.

A disciplina de Sociologia da Violência foi ofertada no segundo semestre de 2018 como uma demanda de interesse dos alunos do curso por uma cadeira que tratasse sobre essa temática de grande repercussão social.

Em diálogos fora dos muros da universidade, observou-se como assunto de destaque por falas preocupadas com o aumento do número de pessoas assaltadas, em alguns casos chegando a uma fatalidade, podendo ocorrer pela relutância em entregar o seu estimado bem adquirido a muito custo, mediador de insubordinação via consumo simbolizando um “autovalor do pobre e o recalque das elites” (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Os textos e a didática da professora me tocaram para as históricas problemáticas da relação entre desigualdade social, poder e naturalização da violência. Compreender a temática através das diferentes perspectivas teóricas de estudo da violência, conforme fora apresentado no plano de ensino da disciplina, me remeteu ao tempo da política (PALMEIRA, 1992) e às propostas de campanha política na eleição de 2018, que muito diz da sociedade brasileira que secularmente se perpetua racista, classista e violeira.

Dentre os pensadores brasileiros que se dedicaram ao tema e servem de respaldo teórico para os cursos de formação, temos Gilberto Velho (1996), Alba Zaluar (1996),

que tentam trazer contextos e representações sobre o fenômeno da violência no cenário brasileiro.

Ao considerar as colocações dos autores, subentende-se sobre violência, como se fizesse parte da vida social da espécie humana articulada com a ideia de poder sobreposto ao mais vulnerável, comumente aplicado de forma coercitiva e manifestado pelo desejo, vontade e projeto de um sobre o outro, onde assim são estabelecidas relações sociais.

Por relações sociais, Gilberto Velho considera que são movidas pelas diferenças, constituindo alteridade de “n tipos associados às diferenças entre os atores, suas visões de mundo, perspectivas, interesses e, sobretudo, aos variados modelos de construção da realidade” (VELHO, 1996, p.12). A interação entre o eu e o outro é construído da vida social, ao tempo que também é gerador de tensão e conflito, sendo que o eu é constituído através da relação social estabelecida com o outro.

O autor indica que a chave para a compreensão sobre a violência se pauta nas relações de poder político de negociação permanente das sociedades, sejam a ocidental moderna individualizada, ou tradicionais, holísticas, hierárquicas de unidades mínimas de linhagens, clãs e tribos que envolvem os indivíduos. É possível dizer que a partir do olhar desse pensador o que controla as irrupções de violência dentro de grupos e sociedades como um fenômeno sócio histórico é a reciprocidade, conceituada de motor e expressão do social.

Mas e a violência física? Gilberto Velho (1996) considera que a violência física é uma possibilidade legitimada que se manifesta seja na mudança, seja na ruptura, gerando conflitos individuais e sociais sem se dar conta que o fazer da polícia se dá através da violência para que seja combatida e exterminada pelo inimigo que bagunça a ordem hierárquica do Estado, aquela que proporciona privilégios para alguns e precariedade para muitos outros.

Chama atenção o entendimento do autor sobre o então crescente índice de violência no Brasil exposto em sua obra, tendo como razões não apenas a desigualdade social, mas um certo “esvaziamento dos conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sócias” (VELHO, 1996, p.16), que faz entender ser o responsável pela manutenção da reciprocidade.

Visto dessa forma, na sociedade escravocrata o sistema de reciprocidade estava amparado pela “patronagem”, que possibilita culturalmente uma expectativa de comportamento mútuo no desenvolvimento dos papéis (1) do bom patrão: de carisma e dedicado a proteger pelo bem-estar do protegido, que retribuía com lealdade e solidariedade recíproca; e (2) do mau patrão: não cumpridor do mínimo daquilo que se espera como reciprocidade.

Se entende que, para o autor, as transformações sociais ocorridas pelo processo de modernização modificaram o aparato que garantia a vigência de um sistema ideológico de valores hierárquicos, como é o exemplo da patronagem, que se esvazia de crédito e eficácia, inclusive no que tange as expectativa de reciprocidade na realização de acordos e negociações para o enfraquecimento de conflitos físicos iminentes e cada vez mais presentes, dando espaço para prática de novas formas de criminalidade e pela resistência das gerações mais novas em seguir posições sociais no mundo do trabalho de seus antecessores. Em defesa da reciprocidade, Gilberto Velho (1996) expõe:

A ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas em geral, acirra a tensão e o ódio sociais (p. 19).

A adesão à transgressão dos jovens, assim afirma, ocorre pelas vantagens de receber gratificações sociais nunca antes ocupadas pelas gerações anteriores no mundo hierarquizado, considerando o pensar desse grupo, entendidos ser a pobreza algo a ser negado e evitado, ainda que a vida seja breve e nem todo jovem pobre trabalhe para o tráfico.

Com todo respeito ao nome do autor e à sua contribuição no desenvolvimento de pesquisas antropológicas no país, o texto estudado apresenta mostras da sua visão social que considera, ao tempo que tenta sempre negar, a manutenção de um *status quo* como uma alternativa de controle ideológico das massas. Afinal, seu texto destaca que não é somente a desigualdade social que desencadeia a violência, mas as mudanças ideológicas juntamente com modernização que enfraquece as relações de reciprocidade via individualização.

Percebe-se que o autor contribui para uma visão preconceituosa acerca das minorias, sempre silenciadas quando tentaram resistir aos desmandos dos detentores de poder, fazendo pensar se o ato de transgredir pelo caminho do poder do crime não seria uma modernização da resistência de seus antepassados.

Contudo, o texto traz uma reflexão para o Brasil atual após o incentivo ao consumo via políticas públicas de fomento, em que sua degradação perante a crise econômica de recessão enfrentada é sentida na periferia com um peso a mais. Com a impossibilidade de ascender via consumo, “as pessoas perdiam um pilar de sua identidade, reconhecimento e cidadania, gerando uma crise que também foi existencial. Nada mais restava, nem os bens públicos, que se encontravam ainda mais deteriorados” (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

No decorrer da disciplina, estudamos obras da Alba Zaluar, primeira antropóloga mulher a escrever sobre a temática da violência em pesquisa com os moradores do bairro popular da cidade do Rio de Janeiro, a Cidade de Deus. A autora traz para o debate outros fatores sobre o aumento da violência. Faz-se valer as críticas sobre o elevado número de mortes de crianças e jovens pela criminalidade, onde os pobres da periferia nascem para partir e serem noticiados sem aparecer sequer o fiador de suas vidas.

A autora discorre sobre como é apresentada com uma certa passividade a estrutura social brasileira histórica representada nos papéis binários do senhor e do escravo, apresentados criticamente com certa passividade sociocultural, mas com inúmeras resistências suprimidas violentamente em prol dos valores da democracia do momento. Diante desse aspecto nostálgico, se faz presente um pairar do tempo e negação da História e das transformações que até o momento não tem sido muito bem revisitada pelos meios de comunicação de massa. O papel da mídia perpassa pelo campo de disputa e exige algo da ordem do compromisso com a notícia e sua responsabilidade ética, pois “a mídia representa o espelho no mundo globalizado em redes de informação bastante inter cruzadas, formando quase que uma superposição de atores” (ZALUAR, 1996. p.52).

Para tratar sobre a problemática da violência, a autora afirma que é preciso romper com as fronteiras que destacam os fatores econômicos e a pobreza como principais, e que fazem da temática algo bastante simplório e momentâneo.

Atribuindo responsabilidades ao capitalismo globalizado de comercialização de mercadorias proibidas como a guerra contra as drogas que inevitavelmente resulta no aumento da mortalidade de pessoas, em sua maioria jovens e negros, traz uma questão que é escamoteada pela atenção que a polícia e a justiça dão a pobreza e não para o dono do lucro oriundo do tráfico de drogas. Ainda que o menor nessa cadeia comercial tenha um ganho financeiro sem que isto tenha reduzido os índices de pobreza, Zaluar (1996), considera que

Seria prudente, pois, perguntarmos se, afinal, o tráfico é ou não é uma “alternativa de vida”, a “única manifestação de revolta” que resta para os jovens, favelados ou não, que se enredam nas malhas do crime organizado em outras plagas, por pessoas de outras faixas de idade, nas zonas sombreadas da invisibilidade e da impunidade (p.59).

A autora chama a atenção para as interferências causadas pelo processo de globalização nas relações sociais locais, desapertando laços de sociabilidade. As igrejas pentecostais, a guerra territorial entre os comandos e até mesmo as diferenças étnicas contribuem para o desinvestimento no modo de ser da sociedade brasileira, desconsiderando criações autênticas como o samba, os cultos afros, o respeito aos mais velhos ou o cuidado com os mais novos.

A disciplina Sociologia da Violência contou também com a apresentação de textos escritos por outros autores que excitaram discussões em sala de aula bastante reflexivas. A escolha por tratar desses e não de outros neste trabalho ocorre pelo motivo de haver uma aproximação com a ideia de quem são essas pessoas de baixa renda moradores de favela.

Até aqui foi tratado sobre o fazer universitário dentro da universidade, olhando a realidade pela lente dos autores, fazendo assim o contrassenso a partir daquilo que é vivido por cada um, enxergando um disparate em algumas verdades anunciada pelos pensadores, seja pela realidade utilizada como objeto de investigação ou pelas afirmativas generalizantes. Para realizar um contraponto ou promover a reflexão sobre a continuidade e pertinência das ideias dos autores lidos e debatidos na disciplina, uma ida a campo foi organizada, conforme será relatado imediatamente.

### 1.3 Aula Pública - Planejamento

No decorrer da disciplina, se notava o cenário político em plena campanha para os cargos de presidência da república, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais. O tema da violência se fez presente nas narrativas mais difundidas, sendo o seu combate visto como a solução para todos os males sociais.

Assistíamos a construção de mitos de um país pacificado e democrático, com um passado de ostensivo combate aos insurgentes engendrando uso de muita violência e de certa complacência por partes dos revoltosos, narrados oficialmente como vencidos em combate sem muita resistência.

Cenas que mais pareciam rituais públicos de violência eram frequentes, a exemplo quando seguidores do candidato ao governo do Rio de Janeiro, em ato público de grande repercussão, quebram placa em homenagem a vereadora Marielle Franco, morta a tiros em março do mesmo ano.

Estávamos em um período eleitoral diferenciado, seja pela marcação de propostas antagônicas e estilo de campanha dos candidatos, pelo engajamento de atores sociais com seus corpos afetados pela onda crescente de um obscurantismo conservador. A reação a esse obscurantismo tornou comum, no período eleitoral, a prática de aulas e exibição de filmes em ambientes públicos, com presença de estudantes, psicanalistas, profissionais liberais e trabalhadores de modo geral, buscando entender aquele momento.

Seguindo esses exemplos e diante da constante propagação de conteúdo excitando práticas violentas, para o combater a violência pela violência, da desqualificação do conhecimento científico e do ensino público, fez surgir entre docente e discentes da disciplina Sociologia da Violência o interesse na realização de aula pública para eleitores que pensávamos ter pouco acesso a informações confiáveis, e que considerávamos avessos à política devido aos problemas seculares de formação da sociedade brasileira.

A escolha do local contou com a participação e proposição dos alunos da disciplina, sob supervisão da professora Valdira Barros. A proposta de realizarmos no

Terminal da Integração do São Cristóvão<sup>12</sup>, dado grande fluxo de usuários advindos da periferia de São Luís, foi prontamente descartada, devido a possíveis dificuldades na obtenção de autorizações por parte da administradora do espaço e também da permanência integral dos ouvintes-participantes para a realização de uma aula dialogada.

Depois de realizadas as ressalvas sobre as demais propostas em discussão, foi tomada a decisão de fazer a aula pública na Associação de Moradores da Cidade Olímpica. Entretanto, foi necessário realizar uma nova mudança de local, devido ao roubo da fiação elétrica ocorrido na semana em que o encontro estava marcado. A aula, por fim, foi realizada na Associação de Idosos e Deficientes da Cidade Olímpica, com o público de mais de quarenta participantes.

O plano de aula elaborado foi apresentar ao público participante as propostas de segurança pública defendidas nos planos de governo dos dois candidatos. Essa era uma estratégia para iniciar o debate sobre a escolha do presidente da República que melhor se adequava aos anseios dos moradores.

A mobilização para a aula pública foi realizada pelos próprios alunos, fazendo o convite às pessoas que estavam nas casas próximas da associação, das que se encontravam nas portas de suas casas observando as crianças que brincavam nas vielas que, ouvindo o chamado, também se convidaram. Também àqueles que estavam passando a caminho da feira noturna se sentiram tocados a participar logo que retornassem de suas tarefas já programadas.

O convite foi feito também via redes sociais para um público de fora do bairro. No entanto, a participação na aula foi majoritariamente dos moradores locais, alunos e professores. Penso que o pequeno número de pessoas que compareceram se deu pelo horário marcado para a realização da aula e o acesso ao bairro, considerado perigoso. Entretanto, isso também levanta a questão sobre o interesse das pessoas no processo político, por um lado, e nas formas tradicionais de ensino e aprendizagem, como a aula, por outro.

---

<sup>12</sup> Administrado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, o Terminal de Integração é uma central viária para embarque e desembarque de usuários de transporte público coletivo urbano de São Luís. O Terminal do São Cristóvão fica nas imediações da UEMA, sendo quase que unânime a sua utilização no trajeto de acesso as dependências da Universidade e dos moradores do entorno usuários de transporte urbano.

Neste capítulo, busquei estabelecer uma escrita sobre a educação e seu processo de institucionalização, partindo da sua importância para transmissão de saberes e da sua legitimidade no espaço da academia como produção de verdade, construindo uma trajetória sobre a formação do cientista social na universidade do Maranhão, com suas tendências de ensino, pesquisa e extensão para a formação e interesse daquele que realiza a pesquisa. A seguir, será realizada a discussão sobre política e segurança pública, se valendo da experiência da última eleição para escolha do nome para ocupação do cargo de presidente da república nos anos de 2019 a 2022 e suas propostas políticas para seus eleitores na resolução de seus conflitos na questão da segurança pública e o que ela envolve.

## 2. POLÍTICA E SEGURANÇA

Entende-se por democracia a forma social política com três características principais na sua definição liberal: a) submissão ao império das leis para a escolha de representantes a fazer parte do Poder Legislativo; b) poderes legislativo, executivo e judiciário divididos de forma independente e harmônica; c) enunciado que dê garantia aos direitos individuais. (SILVA, 1988). Democracia é compreendida, portanto, como uma ordem civil legal que conta com a existência de partidos e seus projetos de Estado, eleições, poderes da república e direitos civis de igualdade e de liberdade políticos (SILVA, 1988).

Nesse sentido, considera-se que a institucionalização de espaços participativos são instrumentos importantes para fazer cumprir as promessas da democracia, e que a criação e conservação de direitos ocorrem diretamente com a instauração de conflitos e sua necessidade. Via luta de classe e organização das minorias na reivindicação de respeito às suas subjetividades e modo de vida dentro do território de determinada nação soberana, onde o Estado se faz presente, através de representantes de grupos realizando a mediação dos interesses. Isto só é possível através da soberania popular, onde é o povo que diz o que quer para o seu bem viver e o governante com o mandato executa (CHAUÍ, 2009; BONAVIDES, 1995; SILVA, 1988).

Entretanto, a aceitação maior da participação popular como meio de governabilidade democrática ampliou também os sentidos dados a esta. Observa-se a crescente diversidade e generalidade do uso da expressão em diferentes práticas e projetos políticos e sociais. No entanto, casos particulares precisam ser analisados no interior dos espaços urbanos onde estão localizadas as instituições e as residências. Considera-se que a localização nos espaços urbanos e residenciais não é aleatória nem gratuita e implica em hierarquias espaciais, valores que se conferem as pessoas, formas específicas de integração ou segregação, formas de socialização e sociabilidade, tipos de interações possíveis ou impossíveis, entre outras coisas (BOURDIEU, 2008).

A antropologia política, a princípio considerada como uma subdisciplina dentro da antropologia social funcionalista, inicia seus estudos com os africanistas britânicos, sob influência das ciências naturais, que entendia o poder como um sistema político constituído por diversas instituições (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996).

Pierre Clastres, em *Sociedade contra o Estado* (2017), realiza uma crítica sobre a corrente da antropologia que se fundamenta numa perspectiva evolucionista sobre a diferenciação entre sociedades com Estado e sem Estado pela identificação do exercício do poder político operado no interior de órgãos específicos constituídos para manutenção da ordem e da razão por intermédio da coerção. Segundo essa corrente criticada por Clastres, enquanto as sociedades com Estado agrupam os indivíduos livres sobre um território pela via do contrato e assim delegam soberania para outro que dotado de poder será seu representante central, as sociedades sem Estado são constituídas pela via do status, atribuídos a priori a grupos constituídos por laços de sangue com ausência de um poder centralizado.

Para Goldman, na introdução do livro de Clastres, “qualquer antropologia é política” (p. 21). Ao invés de isolar o poder político, Clastres propõe que a antropologia política estude o poder sem o peso da universalidade estatal, mas sim por meio da ideia de poder como força motriz que constitui e sustenta um espaço coletivo.

Nessa mesma perspectiva, Moacir Palmeira (1992) defende que grandes conceitos, como política, democracia, eleições ou voto, não sejam fórmulas explicativas para os fenômenos sociais. Ao contrário, o autor sugere que esses conceitos precisam ser apurados etnograficamente: o que as pessoas querem dizer ao acionar essas palavras? Por meio dessa abordagem, Palmeira (*Idem*) afirma que o “tempo da política” acontece quando a política se mostra socialmente como uma atividade não permanente, que em geral corresponde ao período eleitoral. “O tempo da política é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que ela se faz dela própria” (1992). Tratam-se de vivências que permitem o contato com elementos que no geral são deixados de lado, mas que a partir de então são tidos como essenciais pelas pessoas envolvidas no processo. Essa vivências se tornam também essenciais na análise quando vistas a partir de uma abordagem positiva que tenta captar processos denominados de microssociológicos ou micropolíticos (daquilo que já se tem), para “perceber como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, indivíduos ou não, incutindo significados” (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996, p. 9).

Seguindo essa linha, o trabalho antropológico sobre as eleições pretende tratar aqueles que participam, direta ou indiretamente, do tempo da política. Isso é feito através da realização de pesquisas acerca da escolha de candidatos, seja de forma

individual ou pelos grandes rituais coletivos. Nessas pesquisas, o ato de votar expressa não simplesmente uma mera realização da escolha íntima de um representante, mas a indicação de qual lado da sociedade se situa aquele que decide votar (PALMEIRA, 1992, P. 27). Segundo Bezerra e Comerford (2013), “Definido em termos culturais, o voto é tido como uma rede de significados que dá sentido à existência de grupos sociais” (p. 472).

Essa perspectiva da antropologia da política, na qual a democracia, a política ou os outros grandes conceitos são vistos como o resultado de um emaranhado de relações, encontra eco na abordagem que José Guilherme Cantor Magnani defende para a antropologia urbana:

A cidade, mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos. Esse resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos. Cabe à etnografia captar esse duplo movimento (MAGNANI, 2009, p.132).

A seguir, veremos como essa abordagem da Antropologia da Política pode ajudar a pensar o voto na cidade, particularmente na Cidade Olímpica. Antes, porém, exporei os termos nos quais se davam o debate na campanha eleitoral para presidente.

## 2.2 Debate público sobre segurança (nas eleições)

O segundo turno das eleições de 2019 marcou a polarização do debate público entre um candidato com inclinações à esquerda – Fernando Haddad, do PT – e um candidato situado à direita no espectro político – Jair Bolsonaro, do PSL. Seguindo as posições que ocupavam e acompanhando as propostas defendidas por eles para os diversos âmbitos da condução política nacional, o tema da segurança pública marcava as diferenças entre os candidatos.

De um lado, Fernando Haddad apresentava uma proposta preventiva para resolução de problemas no âmbito da política de segurança pública vinculada às áreas da educação, saúde, emprego, esporte e lazer, via estratégias respaldadas na articulação integrativa federal, estadual e municipal no enfrentamento do crime organizado internacional, redução da mortalidade da população jovem, negra, moradora da periferia por arma de fogo e mortes violentas, bem como a valorização do trabalho do policial.

Constava como proposta do candidato que “a política de controle de armas e munições deve ser aprimorada, reforçando seu rastreamento, por meio de rigorosa marcação, nos termos do estatuto do desarmamento” (p. 32). Constava também o respeito às minorias étnicas e a diversidade de gênero, aperfeiçoamento tecnológico para redução de crimes contra mulheres e aumento de casas abrigos para acolhimento de vítimas em situação de risco.

A proposta tinha um caráter inclusivo e dirigido à juventude, dado o “contingente de 11 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, e 1,5 milhão entre 15 e 17 anos que não trabalham nem estudam” (p.32), presentes nos presídios de forma massiva, em situação de grande vulnerabilidade. Uma educação com comunicação eficiente, de abordagem científica do poder público com os adolescentes. A proposta, ademais, procurava oferecer uma perspectiva de futuro para a juventude, com redução de danos e medidas preventivas ao uso de drogas, assim como ação de isonomia de tratamento na abordagem policial ostensiva. Para o candidato, a polícia deveria agir como impeditivo prévio a ocorrência do crime.

Haddad propunha, ainda, que o encarcerado realizasse trabalho e estudo como uma exigência de medida de cumprimento de pena, na esperança de evitar ingresso no que é considerado como organizações criminosas atuantes dentro dos presídios, bem

como por em prática protocolos de organização e atuação do SUSP – Sistema Único de Segurança Pública.

De outro lado, Jair Bolsonaro, de forma diretiva, apresentava sua proposta de governo para a segurança pública e de combate à corrupção contando com oito medidas voltadas para “reduzir os homicídios, roubos e estupros e outros crimes” (p. 32). Com ações de investimento na força policial, segue a estratégia que vai desde o acesso a tecnologias de controle, como a equipamentos de inteligência e armamento, até medidas de resguarda jurídicas pelo Estado aos policiais com a excludente de ilicitude no exercício profissional.

Para a juventude, o candidato propunha a redução da maior idade penal para 16 anos. Sobre o uso de armas, apresentava como ação a reformulação do Estatuto do Desarmamento e o uso autorizado em casos de legítima defesa da vida do portador, da sua família, da sua propriedade e de outros. Além disso, tipificava como terrorismo os casos de invasão a propriedades rural ou urbana, e propunha a retirada da Constituição Federal da Emenda Constitucional nº81/2014, que autoriza a desapropriação de terras com práticas de trabalho escravo.

Com relação à política penitenciária, a proposta era de acabar com a progressão de regime de pena e com as saídas temporárias, além de direcionar a política de direitos humanos para a defesa das vítimas de violência.

Sua base de apresentação faz referência direta a um documentário<sup>13</sup> de 14 minutos exibido em rede aberta de televisão, que estabelece um comparativo aos assassinatos por arma de fogo registrados no Brasil com dados de guerras internacionais. Sua plataforma de governo para a segurança pública declara defender e resgatar a liberdade, considerada como bem mais precioso, devolvendo o país aos “verdadeiros donos, os brasileiros”. O candidato ressaltava a segurança e combate à corrupção como principais linhas de ação e, por fim, propunha homenagem dedicada aos policiais mortos com seus nomes gravados “no Panteão da Pátria e da Liberdade!” (p.29).

---

<sup>13</sup> O documentário *A Guerra do Brasil*, produzido pela Rede GLOBO em 2017, mostra dados sobre o número de mortes violentas no Brasil é maior do que o de guerras da Síria e do Iraque, e de atentados terroristas e de conflitos dos últimos 15 anos. Acesso disponível em: (<<https://www.youtube.com/watch?v=db2iEZ1QwmE>>).

Como mencionei anteriormente, nossa ideia para a aula pública era apresentar as diferenças nas propostas dos candidatos, de modo a tornar explícitas as suas diferenças e as consequências que a vitória de um ou de outro teriam na vida dos moradores da Cidade Olímpica.

## 2.1 A Cidade Olímpica

A Cidade Olímpica é um bairro de periferia de São Luís com uma extensão inicial de 270 hectares, situado a cerca de 21 Km do Centro da capital maranhense. O tempo gasto para percorrer o trajeto de ônibus entre o centro e o bairro é de aproximadamente uma hora. A região atualmente denominada Cidade Olímpica foi negociada pelo então Governo do Estado do Maranhão com os donos da área para o processo de assentamento de famílias que faziam parte de ocupação popular ocorrida no ano de 1996 e resistiu a um forte aparato repressão policial e particular (SOARES, 2008, p.39).

A ocupação ocorreu no dia 23 de julho de 1996 (*Idem*, p.30), momento em que as famílias começaram a ocupar área com apoio de lideranças políticas interessadas tanto no processo eleitoral que estava próximo, como na especulação de terras, já que a política pública de fomento a reforma agrária executada pela Sra. Roseana Sarney, em seu segundo ano como governadora pelo PFL<sup>14</sup> era executada pelo ITERMA<sup>15</sup> de forma muito insipiente.

A escolha do nome da ocupação<sup>16</sup> se chamar de Cidade Olímpica se deu por conta de, no período em que acontecia os Jogos Olímpicos de Atlanta. Essa decisão se dá como uma fuga a regra usual para a escolha dos nomes de ocupações já ocorridas na cidade que vinham com a denominação de “Vila<sup>17</sup>”, podendo a complementação ser o nome de algum apoiador, seja ele liderança na ocupação ou político partidário. O

---

<sup>14</sup> Partido Frente Liberal.

<sup>15</sup> Instituto de Terras do Maranhão.

<sup>16</sup> Embora o nome comum dado as ocupações de terrenos em áreas urbanas seja *invasão*, sou ciente das implicações políticas que esta terminologia carrega, faço a escolha de usar a palavra ocupação, como ação de ocupar o que está vazio contrapondo o sentido de invasão, conforme consta na história oral dos moradores e na literatura que fez o seu registro.

<sup>17</sup> Como exemplo temos os bairros denominados de Vila Zé Reinaldo, Vila Alexandra Tavares, Vila Sarney Filho, Vila Lobão, Vila Luizão, Vila Itamar, Vila Cascavel, Vila Magril, Vila Vitória entre outros oriundos de processos de ocupação popular.

mesmo segue para as avenidas e travessas da localidade, que recebem nomes que representam marcos da luta durante o processo de resistência da ocupação (SOARES, 2008). Sobre simbologia, Roy Wagner (2017), coloca que

(...) os símbolos são utilizados e reutilizados, fazendo parte de combinações variadas, e são as possibilidades autorreferenciais dos construtos que mudam e diferenciam a si mesmos, criando o coletivo como uma inovação sobre o indivíduo e vice-versa. (p. 21)

São poucas as produções acadêmicas que tratam da historicidade do bairro Cidade Olímpica, ainda que as numerosas ocorrências de processo de ocupação e de resistência populacional que deflagraram o alto índice de famílias sem moradia na época, com casos de violência contra vulneráveis de grande repercussão de alcance internacional (BARROS, 2017, p. 78).

De fato, o bairro é tracejado de lembranças que remetem a luta não apenas para a conquista da moradia, mas da luta cotidiana pela manutenção da vida. Considerada uma das maiores áreas de ocupação da América Latina (O IMPARCIAL, 17 mai. 2016), o enfrentamento da violência faz mobilização no espaço. A apuração de desaparecimento e constatação de assassinato de um adolescente de repercussão internacional “foi assumida como uma ‘bandeira de luta’ pelos ocupantes da Cidade Olímpica, ao ponto de ter sido levantada a hipótese de o nome da avenida principal do bairro se chamar ‘Avenida Jailson’” (BARROS, 2017, p. 94), como assim se fez dando potência para resistir a opressão e alcançar o desejo de ter um lugar para morar.

De acordo com os dados do Relatório da Dinâmica Espacial dos Crimes Violentos no Município de São Luís, realizado pelo IMESC em parceria com Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (2018), a Cidade Olímpica ocupa desde 2013 (primeiro ano em que os dados são amostrados) uma posição dentre os três primeiros lugares no ranking de ocorrências de registro de crimes violentos letais intencionais – CVLI.

Segundo dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, o índice populacional do bairro é de 57.039 habitantes (IMESC, 2019). Já conforme informações da Prefeitura de São Luís via Instituto da

Cidade, seguindo informação disponibilizada pelo IBGE<sup>18</sup> sobre os dados socioeconômicos, o número de domicílios ocupados é de 8.323 (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2019). A Cidade Olímpica faz divisa com o bairro Cidade Operária ao norte, com o bairro São Raimundo ao sul, ao oeste com o bairro São Cristóvão e ao leste com o município de São José de Ribamar, na localidade chamada de Estrada de Santana (IMESC, 2019). Ela possui três avenidas principais e de grande extensão que servem de referência para os que são de fora do lugar melhor se localizar, assim como a delegacia ser também uma indicação como ponto de referência. É muito comum alguém perguntar a outrem que possui a informação da localidade se determinado lugar fica ou não na rua da delegacia. A chamada para aula pública o ponto de referência utilizado foi a feira noturna do bairro. *A rua da associação é a segunda à direita depois que passar pela feira<sup>19</sup>*, situou o participante local que articulou o espaço.

As três avenidas principais são de mão dupla, todas asfaltadas ainda que de forma irregular devido os vários remendos que podem ter sido causados pela erosão das chuvas ou do excesso de carros e motocicletas. Não há sinalização de limites de uma mão para a outra, apenas do limite das calçadas dos comércios e residências espaçados por um fino e contínuo correr de água de fundo verde-musgo aveludado. Uma luz amarelada tanto na avenida como nas vielas proporciona um ar de penumbra e nostalgia. Foi nesse cenário que a aula pública, descrita a seguir, se desenvolveu.

---

<sup>18</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>19</sup> Os textos em itálico se referem às falas das pessoas sobre quem escrevo.

### 2.3 Aula Pública - Aprendizados

O tempo se passava e o salão organizado para o evento vazio mexia com os corpos dos presentes. Alguns de nós saímos pelo bairro, reforçando o convite para participar do evento proposto enquanto outros organizavam a merenda a ser oferecida na finalização do encontro (fizemos uma colaboração coletiva entre nossos colegas de curso e as pessoas que encontramos no campus universitário). Ainda assim, o salão permanecia vazio, o que nos levava a perguntar se o convite havia sido interessante o suficiente pra que deixassem seus afazeres noturnos e se ater naquela proposta de escuta.

O convite era dedicado a quem cruzasse o nosso caminho, seja rumo a feira noturna próxima do local reservado, os que estivessem nos beirais das calçadas observando as crianças correndo e jogando bolinhas de gude nas vielas, assim como para as pessoas que estavam em suas casas no preparo de algum alimento a ser consumido na chegada da noite: coando café, cozinhando peixe ou fritando ovos, como fora deduzido pelos muitos aromas que exaltavam no ar.

Ainda de início, poucas pessoas apareceram no local marcado. Começamos, então, a montar uma nova acomodação, mais adequada ao número minguado de participantes. Em certo momento, várias pessoas chegaram praticamente todas juntas, desfazendo o cenário previamente montado para uma nova acomodação. Com a presença de mulheres acompanhadas por crianças ou adolescentes, homens de meia idade, adolescentes e crianças em grupo que transitavam pelo espaço a brincar sob os chamados constantes de adultos para que não fizessem barulho, todos foram acomodados nas cadeiras colocadas em círculo, começando as falas de receptividade.

O tema da aula foi: “Bandido bom é bandido morto? Debate sobre segurança pública”, que foi dividido em três momentos consecutivos: mística<sup>20</sup> de acolhida, apresentação dos alunos e docentes e aquilo que foi chamado de aula dialogada.

---

<sup>20</sup> Por mística se compreende como uma apresentação lúdica envolvendo todos os presentes no intuito de introduzir o tema a ser discutido muito utilizada para realização de trabalho de base. Constitui-se numa ação que se proporciona a alcançar o espiritual de forma intensa “a partir da percepção de uma inspiração, de uma vivência, ou de fortes testemunhos”. FRITZEN, S. J. Texto disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/16/f1136mistica-no-movimento-sindical-de-trabalhadores-as-rurais---sergio-fritzen.pdf>>.

A discussão inicial se deu sem tantas dificuldades, pois a professora já havia realizado uma pesquisa sobre casos de violência<sup>21</sup>, resgatando que na época de seu trabalho de campo a população reivindicava do poder público policiamento como algo de urgência, ficando para segundo plano as demandas de políticas públicas de saúde, educação, transporte público e infraestrutura, “*geralmente mais pedidas*” como expôs a professora.

Trazendo para o debate proposto, expomos que as propostas dos candidatos traziam questões que tocavam sobre segurança pública. Quando indagamos se o aumento do policiamento aumenta também a segurança deles e o que eles entendem como segurança e qual a solução para combater episódios de violência, isso foi o estopim para que as falas se fizessem contrárias sobre as demandas atuais e permitissem que as experiências fossem contadas.

A questão levantada pelos participantes e trazida para a discussão foi a dificuldade em ter segurança dentro do território que se reconhecem como pertencentes quando o agente causador da violência naquele pedaço<sup>22</sup> é justamente as ações do Estado por meio de seus agentes – as corporações policiais.

Uma mulher que aparentava ter mais de quarenta anos, a caminho da feira quando foi convidada, sinalizou participação com um sorriso que parecia de gentileza e de atenção, que vinha acompanhado do pedido de aguardo para o começo do evento. Chegou no ambiente acompanhada de uma criança e logo depois da fala sobre a proposição da aula, ela se apresenta com indagações sobre as propostas dos candidatos declarando não conhecer e curiosa por saber especificamente sobre o público jovem, se colocando sem opção devido à falta de informações sobre as ações que dariam rumo para a juventude, contando brevemente uma parte da sua história recente: *Até agora eu não sei em quem votar. Não ouvi ninguém dizer o que tem pra juventude. Hoje faz um mês que meu filho foi morto pela guerra das facções. Eu trabalho no colégio e não vejo nenhum projeto pra essa juventude que tá largada pras cobra, só usando e vendendo droga.*

---

<sup>21</sup> Casos de assassinato em séries de meninos e adolescentes ocorridos desde o início da década de 1990 em bairros da periferia dos municípios de Paço do Lumiar e São Luís (Barros, 2017). Na Cidade Olímpica, a ocupação teve força com o assassinato do adolescente de 15 anos Jailson Sousa Viana, como já foi brevemente comentado mais acima.

<sup>22</sup> Segundo José Guilherme Magnani, em *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*, pedaço é “Quando o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações” (2002).

Naquela aula na Cidade Olímpica, as falas tiveram como enredo as práticas de violência cometida pela polícia militar para com os moradores, conforme o relato de uma participante: *A polícia quando chega aqui ela não tá nem aí se vai bater nos velhos, nas crianças, mulheres ou nos trabalhadores. Entra com a viatura feito doido, colocando pânico em todo mundo. Ela é violenta e perigosa!*

Alguns jovens passam a relatar a ação de policiais nas escolas. Segundo uma das garotas, eles invadem as salas de aula para vistoriar mochilas à procura de drogas. Além disso, agredem adolescentes que considerados suspeitos por terem algum antecedente de conflito com a justiça. *Tem uns meninos que levam droga pra vender na escola, sim! Aí quando a direção chama a Ronda, os maluco já coloram a droga na mochila de alguém que não tem nada a ver com a parada, porque todo mundo entra na revista e aí é fragrante sem ter nada a ver. As vezes os policiais usam spray nos alunos também.*

Um homem, então, toma a palavra para contar sobre a agressão sofrida em conjunto com um motorista de Uber, ao serem abordados por policiais durante uma viagem já quase chegando ao seu destino. Mesmo os policiais não encontrando nada que os colocassem como suspeitos de terem cometido algum crime, isso não foi impeditivo para que deferissem agressões verbais e físicas, com palavras de baixo calão e coronhadas de revólver. Aquele homem expressou o espanto que teve na situação em que utilizava um meio que, até então, supunha como seguro e livre de violência para chegar em casa.

Antes dele encerrar sua fala, antes mesmo que fosse falado sobre as propostas de revisão do estatuto do desarmamento e sobre a “excludente de ilicitude” versus uma política de controle de armas e munições e da isonomia na abordagem policial e outras questões sobre o que propunham os candidatos em seus planos de governo, outro senhor bem mais velho que o primeiro (talvez já usufrua da fase como idoso) faz uma colocação que é compreendida como um parecer contrário à liberação de armas de fogo. Ele se recordava de situações em que a valentia e a intolerância que o poder de uma arma de fogo ofertam: *Eu sou contra essa coisa de liberação de arma. Quando eu era mais novo eu tinha um 38<sup>23</sup>...aí eu tinha tomado umas, era final de semana e eu não ia trabalhar, aproveitei. Já tava meio pesado e fui passa na catraca e o cobrador não tinha troco e eu achei que ele falou aquilo com ignorância. Peguei no cabo do revólver*

---

<sup>23</sup> Forma que comumente é chamada a arma de fogo, revólver de calibre 38 com capacidade de realizar oito tiros.

*e ameacei logo ele dizendo que ia dá um tiro na cara dele. O pessoal que tava no ônibus começou a me pedir calma. Eu tenho muita vergonha disso!* Finaliza a sua fala retirando o lenço do bolso da camisa de botão entreaberta até a altura do estômago para enxugar os olhos.

Como afirmei anteriormente, o plano de aula elaborado previa apresentar ao público participante as propostas de segurança pública defendidas pelos dois candidatos que concorriam ao cargo de presidente da república. Contudo, a questão que chamou a atenção no desenrolar daquela aula foi como ter segurança dentro do território que reconhecem como seu quando o agente causador da violência é o Estado que age livremente naquele pedaço<sup>24</sup>.

A partir das falas dos participantes, cria-se um saber sobre quais suas perspectivas a respeito do sistema político frente à atuação do Estado no seu cotidiano, desconstruindo a ideia de que as pessoas não sabem votar pela ausência de informação e deficiência na educação formal. Aquela aula pública nos fez fazer problematizações sobre o que é o Estado Democrático de Direito para aquele grupo; se as propostas do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), partido centro-esquerda, e do candidato do Partido Social Liberal (PSL), de extrema direita, atenderiam àquilo que é reivindicado como segurança naquele território; se a política defendida pelos moradores é a da disputa de sua própria sobrevivência a ser defendida na vida comunitária. Onde buscar soluções quando as regras são irrompidas pelos agentes do Estado?

As questões levantadas se fazem como os insights que José Guilherme Cantor Magnani (2002) descreveu, como aquilo que oportuniza ao pesquisador expor o percebido, que a princípio se fazia de forma fragmentada, solta, dispersa, mas agora aparecia como um novo arranjo, que não é o do nativo (mesmo que tenha partido dele) e nem o que o levou o pesquisador ao campo de pesquisa (p. 11).

Uma cena, ocorrida ao final do debate, ilustra que os arranjos que tínhamos quando fomos a campo não eram capazes de dar conta do que ali encontrávamos. Foi quando um jovem questiona professores e alunos universitários sobre os caminhos para enfrentamento da violência cotidiana do Estado, como devem agir e a quem devem

---

<sup>24</sup> Segundo José Guilherme Magnani, em *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*, pedaço é “Quando o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações” (2002).

recorrer. Não sabemos o que dizer, como dar uma resposta ao jovem. Um silêncio ensurdecedor foi quebrado pelo grito de gol numa trave feita com chinelos infantis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA LIÇÃO SOBRE DEMOCRACIA PARA QUEM QUERIA ENSINAR A VOTAR**

Se a ida a campo foi inicialmente motivada pelo entendimento de que a formação acadêmica dentro dos muros da universidade ocorre através de debates, seminários e elaboração de textos científicos amparados por uma base epistêmica referentes a teorias do espectro político, historicidade das lutas de classe, projetos de sociedade, políticas públicas e outros muitos temas atrelados à representação política e do modelo de Estado democrático de direito brasileiro<sup>25</sup>, a realidade se mostra singular e para muito além de todo e qualquer aprendizado dentro dos muros do Campus. O reconhecimento sobre os limites dentro do processo educacional, formal e informal, permitiu alcançar a percepção sobre a importância no reconhecimento de seres humanos dotados de historicidade e de saberes únicos sobre suas próprias vidas. O resultado disso foi que, a partir do bailar em pedaços antes desprezados como produtores de saberes sobre o cenário político, foi possível receber uma lição de democracia.

Na academia se aprende que a democracia é compreendida como uma ordem civil legal que conta com a existência de partidos e seus projetos de Estado, eleições, poderes da república e direitos civis de igualdade e de liberdade políticos (SILVA, 1988). Vem da sociedade burguesa a invenção do direito universal; sem deixar de lado que o Estado burguês é uma ferramenta de dominação social usado na luta de classe. O voto é um direito universal que marca como democrático os modernos estados-nação. A eleição, como uma ação de exercício democrático, pode aqui ser vista como uma expressão da crença no modelo hobbesiano de poder absoluto e centralizado aceito por meio do contrato, com suas “representações, manifestações, sinais, expressões enfáticas, astuciosas, mentirosas, [...], vontades que são disfarçadas em seu contrário, inquietudes que são camufladas em certezas” (FOUCALT, 1976, p.106), para manutenção do poder com uso de instrumentos de manipulação massiva que ao invés de representar e defender é destoante e violento.

O contato com essas vivências das pessoas da Cidade Olímpica que participaram da aula pública possibilitou o acesso a elementos considerados essenciais pelo uso de uma abordagem positiva, com resultado na captura, pela via da fala, dos significados particulares sobre a concepção de Estado, de violência e da perspectiva de futuro para

---

<sup>25</sup> E muitos outros diversos temas discutidos no decorrer da vida acadêmica no curso de Ciências Sociais.

soluções de seus problemas. Esses processos são chamados pela literatura de processos micropolíticos ou microsociológicos (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996).

Se o “tempo da política” acontece quando a política se mostra socialmente enquanto uma atividade não permanente, e em geral corresponde ao período eleitoral que, através da elaboração de um desenho sobre a imagem que sociedade faz de si mesma, para assim haver a possibilidade de readequações de possíveis fronteiras (PALMEIRA, 1992), o retrato da Cidade Olímpica sobre o molde de democracia representativa está deveras distante das proposições realizadas pelos candidatos concorrentes ao pleito.

As famílias pobres das camadas populares são violentadas secularmente, sobrevivendo a todo tipo de mazelas e carências das políticas públicas necessárias para que uma nação seja forte, enquanto as elites mantêm os mesmos privilégios de outrora, seja em tempos de democracia, seja em tempos de ditadura.

A ideia de uma institucionalização dos espaços participativos funcionais, com a inclusão de maior número de pessoas em plena participação local, é tida como algo de grande importância para se fazer cumprir as promessas da democracia, a realização de uma ação de governabilidade democrática na ampliação dos sentidos que lhe são dados. “O fundamental, se sou coerentemente progressista, é testemunhar, [...], meu respeito à dignidade do outro ou da outra. Ao seu direito de ser em relação com o seu direito de ter” (FREIRE, 2000, P.46).

As atividades de pintura de panos de pratos que ocorriam na Associação de Idosos da Cidade Olímpica dão indicativos sobre as práticas realizadas nos espaços comunitários reivindicados para tratar coletivamente sobre os costumes, trabalho, consciência e luta de classe. Isso levanta questões se trata-se de uma demanda local ou da realização de projeto de cunho terapêutico assistencialista a ser cumprido.

A situação atual se agrava com a vitória de um representante da extrema direita que defende os interesses neoliberais com medidas de encolhimento do Estado, mas perdendo dívidas dos bancos e do agronegócio, ou seja, das elites a quem o Estado brasileiro parece representar, negando completamente o seu status democrático.

É certo que regimes autoritários permeiam a história brasileira, trazendo à baila a violência quando a ordem do direito já foi corrompida, denunciando uma fraqueza do

ambiente jurídico para se fazer valer as regras constitucionais. A base do atual governo é constituída de militares, ruralistas, ultraliberais, facção ideológica, a contar com o judiciário. A polícia, os juízes, os funcionários das repartições agem distintamente com sujeitos destituídos dos meios de produção dentro de uma sociedade classista. Como se já não houvesse a possibilidade da exceção no Estado de direito nos territórios tradicionalmente vencidos e oprimidos, a proposta de uma política de união entre o fuzil e o voto apresenta-se, junto ao candidato reacionário como a exceção ao modelo progressista brasileiro depois da redemocratização.

Já próxima de encerrar a escrita, trago muitas outras indagações com esse estudo. Haveria Estado Democrático de Direito representativo para aquele grupo? As propostas do candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido centro-esquerda, é política de educação como medida para segurança pública? E de Jair Messias Bolsonaro, o candidato do Partido Social Liberal (PSL), na posição de partido de extrema direita, a segurança pública como educação? Seria preciso realizar quais caminhadas para que as demandas feitas pelos moradores da Cidade Olímpica, participantes da aula, acontecesse? Que invenções para solucionar situações ocorridas quando as regras são irrompidas pelos agentes do Estado? Para o Estado, o direito oferecido àquelas pessoas é o direito de viver ou o direito de morrer?

Como expus acima, este trabalho monográfico não teve a pretensão de esgotar o assunto, e nem poderia para o alcance de uma monografia, mas sim, tem a ação de ser um exemplo da potencialidade dos esforços etnográficos para compreensão da vida política.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- BARROS, Valdira. **O dito e o interdito no caso dos meninos emasculados do Maranhão**: uma análise dos dispositivos de produção de verdade. São Luís: EDUFMA, 2017.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. (1982) **Lições de aula**: aula inaugural proferida no College de France em 23 de abril de 1982. 2 ed. – São Paulo: Editora Ática, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Efeitos de lugar**. In Bourdieu, P; et all. A miséria do mundo. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- CARVALHO FILHO, J.L.; COSTA, L. S. Compreendendo o processo de institucionalização das Ciências Sociais na UFMA: desafios para a consolidação da licenciatura. In: CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de; SOUZA FILHO, Benedito (orgs.). **Sociologia e educação**: desafios da formação de professores para o ensino de sociologia na educação básica. São Luís: EDUFMA, 2018.
- CLIFFORD, James. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (orgs.). **Introdução: verdades parciais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papeis Selvagens Edições, 2016.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GATTARI, Felix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. Être Affecté. In: Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Antropologie, 8. p. 3-9. [Tradução: SIQUEIRA, Paula; LIMMA, Tânia Stolze. Ser afetado. **Cadernos de campo nº 13**: 155-161, 2005].
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no College de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**/ Erving Goffman; [tradução de Márcia Bandeira de Melo de Leite Nunes]. – São Paulo: perspectiva, 2015a – (Debates; 91/dirigida por J.Guinsburg).

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, p. 423-444, 1 jan. 2003.

\_\_\_\_\_. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. **Etnográfica**, Vol. IV. 2000, p. 311-322.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Teorias, representações e práticas: elementos para problematização do “voto”. **Comunicação e Política 1** (3). 1995, p. 139-152

GOVERNO DO MARANHÃO. **Relatório de dinâmica espacial dos crimes violentos no município de São Luís**. São Luís: IMESC, 2018.

GOVERNO DO MARANHÃO. Disponível em: <[https://imesc.maps.arcgis.com/apps/Embed/index.html?webmap=0a85f204c6bf403c88ce1acf25862efc&extent=-44.6997,-2.8534,-43.8565,-2.3842&home=true&zoom=true&scale=true&search=true&searchextent=true&details=true&legendlayers=true&active\\_panel=details&basemap\\_gallery=true&disable\\_scroll=true&theme=light](https://imesc.maps.arcgis.com/apps/Embed/index.html?webmap=0a85f204c6bf403c88ce1acf25862efc&extent=-44.6997,-2.8534,-43.8565,-2.3842&home=true&zoom=true&scale=true&search=true&searchextent=true&details=true&legendlayers=true&active_panel=details&basemap_gallery=true&disable_scroll=true&theme=light)>. Acesso em: 24 out. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBCS**. Vol. 17 n 49 junho, 2002.

\_\_\_\_\_. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo**. In MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NUNES, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime Representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1949.

CIDADE OLÍMPICA: Mesmo batizado com nome do evento, bairro vive longe do espírito olímpico. **O IMPARCIAL**, São Luís, 17 mai. 2016. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2016/05/mesmo-batizado-com-nome-do-evento-bairro-vive-longo-do-espírito-olimpico/>>. Acesso em: 02 de dez. 2019.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **RBCS 20**. 1992. p. 26-30.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Da esperança ao ódio: como a inclusão pelo consumo da era Lula atçou o recalque nas elites**. The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/22/era-lula-criou-vacuo-recalque-elites/>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Instituto da Cidade. **Dados sócio-econômicos:** fonte IBGE 2007. Disponível em: <[https://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/2237\\_cidade\\_olimpica.pdf](https://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/2237_cidade_olimpica.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto da Cidade. **Dados sócio-econômicos:** fonte IBGE 2010. Disponível em: <[https://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/2236\\_cidade\\_olimpica.pdf](https://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/2236_cidade_olimpica.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SAFATLE reúne alunos na USP para enfrentar o Bolsonaro por Haddad Presidente e pela Democracia! **Conversa Afiada**, 10 out. 2018. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/cultura/safatle-reune-alunos-na-usp-para-enfrentar-o-bolsonaro1>> Acesso em: 28 out. 2018.

SILVA, José Afonso da. O estado democrático de direito. **Revista de Direito e Administração.** Rio de Janeiro, jul/set. 1988. p. 15-34.

SOARES, Franciângela Silva Araújo. **Cidade Olímpica:** a memória da luta pela terra urbana. São Luís: UEMA, 2008.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

UEMA. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS:** bacharelado do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. São Luís, 2015.

VEJA a votação de Bolsonaro e Haddad em São Luís e no Maranhão no 2º turno das eleições. **G1 MA**, São Luís, 29 de out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/10/29/veja-a-votacao-de-bolsonaro-e-haddad-em-sao-luis-e-no-maranhao-no-2o-turno-das-eleicoes.ghtml>>. Acesso em: 22 de out. 2019.

VELHO, Gilberto. **Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ. Editora FGV, 1996.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. **Símbolos que representam a si mesmos.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ZALUAR, Alba. **A globalização do crime e os limites da explicação local.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Editora FGV, 1996.